



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA
Conselho Universitário
Câmara de Pesquisa, Extensão, Comunicação e Cultura

**Ata da 29ª Reunião Ordinária da Câmara de Pesquisa, Extensão,
Comunicação e Cultura, assessora ao Conselho Universitário da
Universidade Federal do Oeste da Bahia.**

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e onze minutos, reuniram-se, por videoconferência, por meio da plataforma “Google Hangouts Meet”, em caráter ordinário, os membros da Câmara de Pesquisa, Extensão, Comunicação e Cultura sob a presidência do Pró-Reitor de Extensão e Cultura, **Anderson Breno Souza**, contando com a participação dos Pró-Reitores e/ou Representantes: **Aurizangela Oliveira de Sousa** (PROPGP); dos Diretores de Centro: **Romenique da Silva de Freitas** (CMB) e **Vera Regiane Brescovici Nunes** (CMSMV); da Representante dos Servidores Docentes de Centro: **Julianna Joanna Carvalho Moraes de Campos Baldin** (CCBS); do Representante dos Coordenadores dos Cursos de Graduação: **Neilton dos Reis Goularth**; da Representante dos Coordenadores dos Cursos de Pós-Graduação: **Gabriela Silva Cerqueira**; do Representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação: **Jean Borba Alves Pinheiro**; para tratarem da seguinte pauta: 1) **Informes**; 2) **Apreciação das Atas da CPECC**: a) **Ata da 22ª Reunião Ordinária da CPECC, de 07 de dezembro de 2023**; b) **Ata da 23ª Reunião Ordinária da CPECC, de 21 de março de 2024**; c) **Ata da 24ª Reunião Ordinária da CPECC, de 25 de abril de 2024**; d) **Ata da 25ª Reunião Ordinária da CPECC, de 23 de maio de 2024**; e) **Ata da 27ª Reunião Ordinária da CPECC, de 25 de julho de 2024**; f) **Ata da 28ª Reunião Ordinária da CPECC, de 29 de agosto de 2024**; 3) **Apreciação de Atos - Declaração Ad Referendum à CPECC**: a) **DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CPECC/CONSUNI/UFOB Nº 021, DE 09 DE SETEMBRO DE 2024 – Aprova o TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 03 AO EDITAL PROEC/UFOB Nº 04/2024 - PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À EXTENSÃO - PIBIEX 2024 – 2025, para inclusão do item 3.3.1 no corpo do Edital; Considerando a necessidade de explicitar critério para distribuição de quantitativo de bolsas por projeto; e, Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - Proec, Processo 23520.007710/2024-72**; b) **DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CPECC/CONSUNI/UFOB Nº 022, DE 16 DE SETEMBRO DE 2024 – Aprova o TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 04 AO EDITAL PROEC/UFOB Nº 04/2024 - PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À EXTENSÃO - PIBIEX 2024 – 2025; Considerando a necessidade de inserir ANEXO V intitulado de “Carta de Anuência da Chefia da unidade de lotação”, mencionado no edital, mas ausente; e, Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - Proec, Processo 23520.007710/2024-72**; 4) **Apreciação do Parecer do Relator referente à Solicitação de reanálise do §2º do Art. 19. da RESOLUÇÃO CPECC/CONSUNI/UFOB Nº 010, DE 23 DE MAIO DE 2024, que Dispõe sobre a Política de Inovação da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, bem como**



dos dispositivos relacionados a este, Processo 23520.010465/2020-57, Relator: Conselheiro Neilton dos Reis Goularth; 5) **Apreciação do Parecer do Relator referente à Proposta de Resolução para regulamentar o disposto na “Seção IV - Das Pessoas Reconhecidas pela Universidade e Não Incluídas nas Categorias Convencionais”, Capítulo V, Título I, do Estatuto da UFOB (RESOLUÇÃO CONSUNI/UFOB Nº 024, DE 19 DE AGOSTO DE 2024), Processo 23520.007474/2024-94, Relator: Conselheiro Anderson Breno Souza.** Havendo *quórum*, o Senhor Presidente, Professor Anderson Breno Souza, cumprimentou a todos os conselheiros presentes e deu início à 29ª Reunião Ordinária da Câmara de Pesquisa, Extensão, Comunicação e Cultura, assessora ao Conselho Universitário da UFOB. Deu boas-vindas aos conselheiros que tiveram seus mandatos iniciados: Representantes do Servidores Técnico-Administrativos em Educação - Jean Borba Alves Pinheiro – Titular e Helder Aparecido Figueirêdo Lobo - Suplente. Passou ao primeiro ponto da pauta: **1) Informes.** Não havendo informes, o Presidente passou ao segundo ponto da pauta: **2) Apreciação das Atas da CPECC:** a) Ata da 22ª Reunião Ordinária da CPECC, de 07 de dezembro de 2023; b) Ata da 23ª Reunião Ordinária da CPECC, de 21 de março de 2024; c) Ata da 24ª Reunião Ordinária da CPECC, de 25 de abril de 2024; d) Ata da 25ª Reunião Ordinária da CPECC, de 23 de maio de 2024; e) Ata da 27ª Reunião Ordinária da CPECC, de 25 de julho de 2024; f) Ata da 28ª Reunião Ordinária da CPECC, de 29 de agosto de 2024. O Presidente Anderson Souza esclareceu que as contribuições encaminhadas à Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superior já haviam sido inseridas às Atas e consultou se havia mais algum questionamento e/ou contribuição. Não havendo mais contribuições, o Senhora Presidente submeteu ao regime de votação as Atas da Câmara de Pesquisa, Extensão, Comunicação e Cultura, que foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou ao terceiro ponto da pauta: **3) Apreciação de Atos - Declaração Ad Referendum à CPECC:** a) DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CPECC/CONSUNI/UFOB Nº 021, DE 09 DE SETEMBRO DE 2024 – Aprova o TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 03 AO EDITAL PROEC/UFOB Nº 04/2024 - PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À EXTENSÃO - PIBIEX 2024 – 2025, para inclusão do item 3.3.1 no corpo do Edital; Considerando a necessidade de explicitar critério para distribuição de quantitativo de bolsas por projeto; e, Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - Proec, Processo 23520.007710/2024-72; b) DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CPECC/CONSUNI/UFOB Nº 022, DE 16 DE SETEMBRO DE 2024 – Aprova o TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 04 AO EDITAL PROEC/UFOB Nº 04/2024 - PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À EXTENSÃO - PIBIEX 2024 – 2025; Considerando a necessidade de inserir ANEXO V intitulado de “Carta de Anuência da Chefia da unidade de lotação”, mencionado no edital, mas ausente; e, Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - Proec,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA
Conselho Universitário
Câmara de Pesquisa, Extensão, Comunicação e Cultura

77 Processo 23520.007710/2024-72. Feitas as justificativas e esclarecimentos, o **Presidente**
78 **Anderson Souza** passou a palavra aos Conselheiros para suas manifestações. Não
79 havendo dúvidas e/ou contribuições, o **Senhor Presidente submeteu ao regime de**
80 **votação as Declarações Ad Referendum à Câmara de Pesquisa, Extensão,**
81 **Comunicação e Cultura, que foram aprovadas por 7 (sete) votos favoráveis e 1 (uma)**
82 **abstenção.** Dando continuidade à reunião, o Presidente passou a palavra ao Relator para
83 apresentação do quarto ponto da pauta: **4) Apreciação do Parecer do Relator referente**
84 **à Solicitação de reanálise do §2º do Art. 19. da RESOLUÇÃO**
85 **CPECC/CONSUNI/UFOB Nº 010, DE 23 DE MAIO DE 2024, que Dispõe sobre a**
86 **Política de Inovação da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, bem como**
87 **dos dispositivos relacionados a este, Processo 23520.010465/2020-57, Relator:**
88 **Conselheiro Neilton dos Reis Goularth.** O conselheiro **Neilton Goularth**
89 cumprimentou a todos e passou à leitura do Parecer. Em suas considerações, registrou
90 que o objeto do Parecer era apenas o §2º do Art. 19. da RESOLUÇÃO
91 CPECC/CONSUNI/UFOB Nº 010/2024, que dispõe sobre a Política de Inovação da
92 UFOB, mais especificamente, o objeto de reanálise se concentra na parte final do
93 parágrafo quando cita a possibilidade de financiamento de bolsas por parte de entidade
94 da iniciativa privada. Que os documentos normativos e técnicos vigentes acerca das
95 Políticas de Inovação no Brasil remontam de 2004, com a LEI Nº 10.973, DE 2 DE
96 DEZEMBRO DE 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e
97 tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências; pela LEI Nº 13.243, DE 11
98 DE JANEIRO DE 2016 e pelo DECRETO Nº 9.283, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018.
99 Nesse sentido, o Relator compreendeu como discordante o que está disposto nas
100 legislações superiores (e anteriores) ao que foi aprovado na o §2º do Art. 19. da
101 RESOLUÇÃO CPECC/CONSUNI/UFOB Nº 010/2024. Registrou, nesse entendimento,
102 se a “entidade da iniciativa privada” se tratar de uma agência de fomento, não haveria
103 discordância entre as normativas — uma vez que a legislação superior permite oferta de
104 bolsa por agências de fomento e não restringe a agências de fomento de natureza pública.
105 Mas, ainda observando a legislação, ainda que se apresente restrições (indicação de
106 impossibilidades), essa parece ser a única possibilidade explicitada para uma entidade de
107 iniciativa privada ofertar bolsas. Registrou que não foram recebidas contribuições para a
108 emissão do Parecer. Fez a seguinte recomendação, a saber: a) alterar §2º do Art. 19 da
109 Resolução, para atender plenamente à Lei nº 10.973, de 2004 e evitar interpretações
110 imprecisas e execuções equivocadas, passando a vigorar com a seguinte redação: Art. 19.
111 Poderão ser concedidas bolsas de estímulo à Inovação aos servidores técnico-
112 administrativos em educação e servidores integrantes da carreira do magistério superior,
113 a estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e/ou de pós-graduação
114 envolvidos na execução das atividades de Inovação. §1º... §2º As bolsas de que trata o
115 *caput* poderão ser concedidas diretamente pela UFOB ou por fundação de apoio
116 credenciada ou por agência de fomento, de natureza pública ou privada. Diante das



considerações apresentadas e do atendimento às indicações, o Relator recomendou a aprovação da alteração do §2º do Art. 19. da RESOLUÇÃO CPECC/CONSUNI/UFOB Nº 010/2024. Concluída a apresentação do Parecer, o **Presidente Anderson Souza** agradeceu e franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações. Os conselheiros **Jean Pinheiro, Aurizangela Sousa, Anderson Souza, Gabriela Cerqueira, Neilton Goularth e Julianna Baldin** apresentaram dúvidas, questionamentos e esclarecimentos quanto à proposta, a saber: i) indicação de que a LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016 prevê que bolsas para servidores poderão ser concedidas por Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação – ICTs; ii) informação de que na legislação existente não fala que as universidades podem atuar diretamente nas bolsas de inovação, por isso a criação de ICTs; iii) questionamento quanto à alteração recomendada pelo Relator, considerando que pode estar abrindo brechas para agências privadas; iv) sugestão de retirar as instituições privadas; v) esclarecimento de que, com relação à inovação, um dos principais parceiros são os acordos com empresas privadas, e que a reescrita do dispositivo é mais no sentido de dizer a natureza do acordo, que pode passar o recurso por meio de bolsa, ficando claro que a empresa tenha que estar normatizada por um acordo, sendo o repasse feito por agência de fomento; vi) apontamento de que a proposta sugerida não infringe a legislação e que irá permitir que a Universidade consiga avançar em seus projetos com caráter de inovação; vii) informação de que a Universidade já tem normatizadas as relações com fundações de apoio para intermediar o pagamento dessas bolsas; viii) observação de que a lei aborda a questão de pagamento direto de universidade para entidade privada, mas por fundação é regulamentado; ix) complementação de que não há impedimento de que os valores sejam repassados diretamente por fundação de apoio ou agência de fomento, desde que seja por intermédio de acordo de cooperação com a universidade; x) observação de que o Art. 21-A da LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016, deixa claro que a agência de fomento pode pagar a bolsa, que não se trata de um recebimento simples e direto, e sim intermediado pela universidade, aprovado nas instâncias da universidade, para a realização de projeto/estudo; xi) informação de que a lei permite contrato com empresas privadas, para ampliar o desenvolvimento de ações de inovação; xii) discordância quanto ao servidor receber bolsa diretamente em conta de entidade privada, podendo criar problemas aos servidores; xiii) sugestão de que o repasse dos valores das bolsas aos servidores seja da UFOB ou de outra instituição pública, retirando a possibilidade de recebimento pelas instituições privadas; xiv) esclarecimento de que os auxílios são intermediados pela universidade nos acordos instituídos entre as partes; xv) sugestão de que, para não criar interpretações, seja excluída a parte (pública ou privada), para não criar um entendimento errado; xvi) manifestação de discordância em retirar do texto as indicações de “pública ou privada”, e informação de que na própria Resolução da Câmara tem registrado em outros dispositivos que as agências podem ser públicas ou privadas; xvii) registro de que a Resolução já foi objeto de análise pelo Procurador Federal junto à



UFOB, sendo manifestado que estava de acordo à legislação, e que a retirada das palavras “público ou privada” do dispositivo é indiferente, pois tem em outros pontos da Resolução. Após discussões, foi aprovado pelos conselheiros o destaque ao Parecer, que foi acolhido pelo Relator, qual seja: a) alterar a recomendação do item “a” deste parecer, que passa a: “§2º As bolsas de que trata o *caput* poderão ser concedidas diretamente pela UFOB ou por fundação de apoio credenciada ou por agência de fomento”. Essa alteração se justifica na tentativa de reduzir interpretações divergentes na leitura do parágrafo e, ainda, na desnecessidade de especificar a natureza (pública ou privada) da categoria “agência de fomento”. Passando à seguinte redação: Art. 19. Poderão ser concedidas bolsas de estímulo à Inovação aos servidores técnico-administrativos em educação e servidores integrantes da carreira do magistério superior, a estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e/ou de pós-graduação envolvidos na execução das atividades de Inovação. §1º... §2º As bolsas de que trata o *caput* poderão ser concedidas diretamente pela UFOB ou por fundação de apoio credenciada ou por agência de fomento. Não havendo mais dúvidas e/ou contribuições, o **Senhor Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer do Relator referente à Solicitação de reanálise do §2º do Art. 19. da RESOLUÇÃO CPECC/CONSUNI/UFOB Nº 010, DE 23 DE MAIO DE 2024, que Dispõe sobre a Política de Inovação da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, bem como dos dispositivos relacionados a este, Processo 23520.010465/2020-57, acolhido o Destaque aprovado pela Câmara, que foi aprovado por unanimidade.** Dando continuidade à reunião, o Presidente passou ao quinto ponto da pauta: **5) Apreciação do Parecer do Relator referente à Proposta de Resolução para regulamentar o disposto na “Seção IV - Das Pessoas Reconhecidas pela Universidade e Não Incluídas nas Categorias Convencionais”, Capítulo V, Título I, do Estatuto da UFOB (RESOLUÇÃO CONSUNI/UFOB Nº 024, DE 19 DE AGOSTO DE 2024), Processo 23520.007474/2024-94, Relator: Conselheiro Anderson Breno Souza.** O Presidente Anderson Souza passou à leitura do Parecer. Em suas considerações, registrou que o documento foi analisado considerando a proposta de alteração do Estatuto da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, encaminhada pelo Presidente do Conselho Universitário, cujo parecer foi aprovado na 57ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 19 de agosto de 2024, que revisou o Art. 13 do Estatuto e incluiu a seção IV – Do reconhecimento de saberes contendo o Art. 20, que caracteriza as pessoas efetivamente reconhecidas pela universidade e não incluídas nas categorias mencionadas no novo art. 13 e que, por meio de seu §3º, indica que “os critérios de seleção e inclusão por enquadramento serão definidas por Câmara Assessora ao Conselho Universitário”. Que foi reconhecida necessidade de instituir, de maneira mais rápida possível, resolução para regulamentar o reconhecimento de saberes do Estatuto consolidado da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Registrou que recebeu contribuições que foram consideradas para a emissão do Parecer. Fez as seguintes recomendações, a saber: a) alterar a ementa da proposta de resolução, para ajustar a



197 numeração dos artigos conforme estatuto publicado, e para deixar claro/evidente o objeto
198 de que trata a norma, passando a vigorar com a seguinte redação: Ementa - Dispõe sobre
199 a definição dos critérios de seleção e inclusão por enquadramento de pessoas efetivamente
200 selecionadas e reconhecidas pela Universidade Federal do Oeste da Bahia e que não
201 estejam enquadradas nas categorias formais definidas no estatuto da Universidade; b)
202 alterar o Art. 1º da proposta de resolução, para ajustar a numeração dos artigos conforme
203 estatuto publicado, passando a vigorar com a seguinte redação: Art. 1º Esta resolução
204 dispõe sobre a definição dos critérios de seleção e inclusão por enquadramento de pessoas
205 efetivamente selecionadas e reconhecidas pela Universidade e que não estejam
206 enquadradas nas categorias formais definidas no estatuto da Universidade Federal do
207 Oeste da Bahia; c) alterar o Art. 2º da proposta de resolução, para melhorar a redação e
208 incorporar parte das contribuições recebidas, passando a vigorar com a seguinte redação:
209 Art. 2º Será admitida, obrigatoriamente por meio de edital específico, a seleção de pessoas
210 reconhecidas e não incluídas nas categorias convencionais e que não possuem registro
211 formal por meio de matrícula com a Instituição para o desenvolvimento de atividades
212 finalísticas da Universidade, de pesquisa e extensão; d) excluir o inciso IV do §3º do Art.
213 2º, uma vez que limita a participação de um grupo populacional que poderia contribuir
214 com a UFOB, conforme condições previstas na resolução. Inclusive, essa participação da
215 pessoa selecionada muitas vezes pode estar atrelada a conhecimentos distintos daqueles
216 empregados no exercício de sua atividade laboral em outra instituição de educação
217 superior; e) Transformar o §3º do Art. 2º em um Art. 3º, alterando sua escrita, para melhor
218 estruturação, com a seguinte redação: Art. 3º O edital para a seleção de pessoas
219 reconhecidas e não incluídas nas categorias convencionais, previsto no Art. 2º, observará,
220 no mínimo, os seguintes requisitos: I – a vinculação a projeto de desenvolvimento
221 institucional, projeto vinculado a convênio, edital ou instrumento formal firmados pela
222 Universidade com previsão de participação de pessoas efetivamente selecionadas e
223 reconhecidas pela Universidade incluídas por enquadramento; II – o prazo máximo de 12
224 (doze) meses para vínculo do selecionado, permitida a renovação e limitada à vigência
225 do convênio, edital ou instrumento formal firmado pela Universidade; III – justificativa
226 para a participação de pessoas incluídas por enquadramento e reconhecidas pela
227 Universidade nas atividades previstas, considerando a especificidade da formação,
228 experiência, saberes ou competências não-formais das pessoas a serem selecionadas e
229 reconhecidas; IV - valorização de saberes tradicionais ou de atuação em áreas de interesse
230 da Universidade, conforme definido em projetos aprovados; V - demonstração de
231 capacidade financeira para o pagamento de bolsas, no que couber; f) Criar um novo §3º
232 para o Art. 2º para incluir a possibilidade da dispensa de necessidade de seleção por meio
233 de edital para as pessoas vinculadas à UFOB na forma do Inciso IV do Art. 6º da
234 Resolução 011/2017, que dispõe sobre as relações entre a UFOB e as Fundações de
235 Apoio, com a seguinte redação: §3º É dispensada a exigência de seleção, por meio de
236 edital, para as pessoas vinculadas à UFOB a partir de projetos desenvolvidos em conjunto



por mais de uma instituição pública e que envolvam relação entre a UFOB e Fundações de apoio; g) Renumerar os artigos posteriores, para se adequarem as mudanças propostas anteriormente; h) Excluir do preâmbulo da Proposta de Resolução o enunciado iniciado pela expressão “considerando”, em atendimento ao disposto no §3º, art. 4º, do DECRETO Nº 12.002, DE 22 DE ABRIL DE 2024, que estabelece normas para elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos. Diante das considerações apresentadas e do atendimento às indicações, o Relator recomendou a aprovação da Proposta de Resolução para regulamentar o disposto na “Seção IV - Das Pessoas Reconhecidas pela Universidade e Não Incluídas nas Categorias Convencionais”, Capítulo V, Título I, do Estatuto da UFOB. Concluída a apresentação do Parecer, o **Presidente Anderson Souza** franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações. O conselheiro **Jean Pinheiro** sugeriu a remuneração das bolsas. O **Presidente Anderson Souza** registrou que a resolução é para definição de quem poderá participar das atividades finalísticas da Universidade, reconhecendo pessoas vinculadas e que participam de ação de pesquisa e extensão. Que tanto faz ser por bolsa ou sem bolsa, para ser admitido como membro precisa atender o que está na Resolução. Não havendo mais dúvidas e/ou contribuições, **o Senhor Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer do Relator referente à Proposta de Resolução para regulamentar o disposto na “Seção IV - Das Pessoas Reconhecidas pela Universidade e Não Incluídas nas Categorias Convencionais”, Capítulo V, Título I, do Estatuto da UFOB (RESOLUÇÃO CONSUNI/UFOB Nº 024, DE 19 DE AGOSTO DE 2024), Processo 23520.007474/2024-94, que foi aprovado com 7 (sete) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção.** O Presidente agradeceu a todos pela participação e colaboração para a realização da sessão. Às dez horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente da Câmara, Professor Anderson Breno Souza, encerrou a 29ª Reunião Ordinária da Câmara de Pesquisa, Extensão, Comunicação e Cultura, assessora ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia e nada a mais havendo a ser registrado, eu, Gleicianne Dourado Costa, Secretária dos Órgãos de Deliberação Superior, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e todos os presentes na reunião de aprovação da ata, estando disponível na íntegra, gravada em formato digital. Barreiras, 24 de outubro de 2024. Ata aprovada na 34ª Reunião Ordinária da CPECC, realizada no dia 5 de junho de 2025.



ATA DA CPECC Nº 7/2024 - SODS (11.01.21)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 09/06/2025 17:54)

ANDERSON BRENO SOUZA

PRO-REITOR(A)

PROEC (11.01.02)

Matrícula: ###388#5

(Assinado digitalmente em 09/06/2025 09:23)

AURIZANGELA OLIVEIRA DE SOUSA

PRO-REITOR(A)

PROPGP (11.01.40)

Matrícula: ###614#7

(Assinado digitalmente em 15/06/2025 23:04)

EDUARDO GOMES DE OLIVEIRA

DIRETOR

CMB (11.01.14.01)

Matrícula: ###112#3

(Assinado digitalmente em 09/06/2025 14:57)

EMANUEL FELIPE DE OLIVEIRA FILHO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CMB (11.01.14.01)

Matrícula: ###131#5

(Assinado digitalmente em 07/06/2025 06:46)

GLEICIANNE DOURADO COSTA

COORD.DE SECRETARIA SUPERIOR - TITULAR

SODS (11.01.21)

Matrícula: ###525#0

(Assinado digitalmente em 08/06/2025 07:34)

PEDRO CLAUDIO DOS SANTOS VIEIRA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CCET (11.01.19.03)

Matrícula: ###454#8

(Assinado digitalmente em 09/06/2025 11:15)

RICARDO DE JESUS MACHADO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CMSMV (11.01.18.01)

Matrícula: ###095#0

(Assinado digitalmente em 10/06/2025 16:18)

VERA REGIANE BRESCOVICI NUNES

DIRETOR

CMSMV (11.01.18.01)

Matrícula: ###343#2

inserir assinatura
digital aqui

MARIO SERGIO DE ARAUJO
Representante da Sociedade Civil

Visualize o documento original em <https://sig.ufob.edu.br/documentos/> informando seu número: 7, ano: 2024, tipo:
ATA DA CPECC, data de emissão: 07/06/2025 e o código de verificação: **3aa97ac840**